



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680197 - SP (2021/0219470-3)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : GUILHERME ANDRE DE CASTRO FRANCISCO E OUTROS
ADVOGADOS : GUILHERME ANDRE DE CASTRO FRANCISCO - SP390592
MAIQUE ALEXANDRE CARDOSO DE CARVALHO - SP449710
SÉRGIO AUGUSTO DE SOUZA - SP455574
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : OLEGARIO RODRIGUES DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de OLEGARIO RODRIGUES DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, nos autos da Apelação Criminal n. 1501730-27.2017.8.26.0567.

Consta dos autos que o paciente foi condenado às penas de 7 anos e 3 meses de reclusão em regime inicial fechado e de 16 dias-multa, pela prática do crime descrito no art. 157, § 2º, inciso II, por duas vezes, na forma do artigo 70, ambos do Código Penal.

Aduz o impetrante que o acórdão recorrido é nulo de pleno direito, uma vez que manteve a sentença de primeiro grau com base em reconhecimento feito em desacordo com o art. 226 do Código de Processo Penal, pois não houve termo de reconhecimento pessoal pelas vítimas, sendo que este se deu por foto. Alega, ainda, que as vítimas não confirmaram o ato de reconhecimento durante a audiência de instrução.

Requer a concessão da ordem, liminarmente e no mérito, para que seja o acórdão recorrido seja suspenso e seja declarado ilegal para que o paciente aguarde em liberdade e ao final seja absolvido por ausência de provas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, em especial porque a decisão atacada trouxe os seguintes elementos na Ementa (fl. 302):

Apelação— Roubos majorado pelo concurso de agentes —
Materialidade e autoria demonstradas — Recurso da defesa —
Absolvição por insuficiência de provas — Não cabimento — Negativa

do réu isolada nos autos — Firmes e coerentes relatos dos policiais que participaram das diligências e das vítimas ouvidas em delegacia — Alegação de nulidade do reconhecimento por ofensa ao artigo 226 do Código de Processo Penal afastada — Condenação de rigor — Dosimetria que não comporta reparo — Pena-base fixada no mínimo legal, exasperada em 1/6 em razão da reincidência e em 1/3 em razão da majorante e em 1/6 em razão do concurso formal — Ação Única — Lesão a patrimônios de vítimas distintas — Concurso formal — Precedentes do S. T. J — Regime inicial fechado mantido — Recurso desprovido.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente